SINTRAJUD nossa luta faz acontecer
Boletim do Judiciário
FENAJUFE CSP Conlutas
www.sintrajud.org.br
Segunda-feira, 28 de novembro de 2011 | Boletim 48 | 4.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** | Tel.: (11) 3222.5833

Plano de Saúde da Amil volta a preocupar os trabalhadores do TRF-3/JF

Administração não responde aos questionamentos do sindicato. Categoria poderá ficar sem plano médico.

26.07 - Em frente ao TRF-3, trabalhadores em campanha contra o aumento do convênio médico

É um mistério. A administração do tribunal permanece calada e não responde aos questionamentos feitos sobre qual solução será adotada para o orçamento da Assistência Médica e Odontológica (A.M.O), lançando muitas dúvidas sobre como ficará essa questão, principalmente depois do que aconteceu em julho.

Quem não se lembra do dia 13 de julho, quando o tribunal baixou uma portaria comunicando que, para promover o equilíbrio orçamentário de um suposto déficit de recursos destinados à saúde e a manter os serviços, teria que fazer mudanças que elevariam substancialmente o valor dos gastos de cada servidor com o plano médico - hospitalar.

Em outras palavras, um reajuste de 12,5% e mais a co-participação de 20% nos procedimentos médicos no plano de saúde.

Categoria pede transparência e diálogo por parte da administração quanto às medidas tomadas

Os trabalhadores do TRF-3 e da Justiça Federal questionam o tratamento que o presidente do TRF-3, Roberto Haddad, vem dando para "solucionar" o orçamento da A.M.O. Primeiramente, foi negada a participação da comissão de servidores que havia sido eleita em assembleia da categoria e que questionaria o aumento, recolheria informações e se reuniria diretamente com o presidente do TRF-3, para tratar o tema.

Em seguida, a própria administração se comprometeu a resolver o problema do orçamento. Para a surpresa e preocupação dos trabalhadores, entretanto, na semana passada houve informação de que o tribunal havia contratado uma empresa privada para buscar "soluções" para o problema administrativo.

Ocorre que há muitas dúvidas sobre as medidas tomadas pela administração: Por que a contratação de uma empresa privada para um processo administrativo? Quais serão os quesitos a serem analisados e os eventuais critérios que serão observados? Qual o prazo de entrega da avaliação desta empresa? Há problemas quanto à sinistralidade no uso do convênio? Se assim for, quais serão as bases de cálculo? Até o presente momento, contudo, nenhuma resposta satisfatória foi dada pela administração para tranqüilizar os trabalhadores.

Transparência na gestão do Plano Médico de Saúde da Amil

É preciso transparência nos contratos firmados com a Amil e isso só será possível com a abertura do contrato estabelecido. Somente assim, a categoria poderá opinar sobre as medidas que estão sendo tomadas.

Depois de todas as dúvidas superadas, é preciso que a presidência do tribunal busque soluções aos problemas do orçamento para a rubrica da A.M.O., assim como fez o sindicato à época do comunicado da administração do TRF-3, que foi até Brasília buscar soluções junto ao presidente do Conselho de Justiça Federal, ministro Ari Pargendler e a Secretária Geral do Conselho da Justiça Federal, Eva Maria Barros.

Com a aprovação do PCS-4 é possível reverter o déficit no Pró-social.

Com os salários congelados há mais de cinco anos e com a luta pela aprovação do PCS, a categoria precisa se mobilizar também para cobrar da administração do TRF-3 uma solução para o orçamento da A.M.O, sem atribuir a responsabilidade administrativa ao conjunto dos trabalhadores, que já vem sendo sistematicamente atacado.

Intensificar a mobilização pela aprovação do PCS significa lutar também contra a co-participação. Uma das crises do Pró-social está ligada diretamente ao congelamento dos salários, pois se a tabela estivesse sendo reajustada, o pagamento da diferença do plano de saúde seria suficiente para cobrir o déficiti, como afirma a administração do tribunal.

Os trabalhadores têm propostas

Um dos graves problemas que temos com a atual administração é o descaso com que ela trata os trabalhadores e o sindicato. No caso do convênio médico, a depender dela, estaríamos pagando uma co-participação que, na prática, se constatou não haver nenhuma necessidade.

Outra questão é que até o presente momento sequer os requerimentos administrativos foram respondidos. Isso sem falar que não tivemos nenhuma informação consistente das razões do plano médico ter sido reajustado.

Queremos participar da comissão que iria discutir as saídas para o plano médico porque temos propostas a serem apresentadas e debatidas. Sempre com o objetivo de garantir um plano médico para todos os trabalhadores e trabalhadoras do TRF-3 e JF.

Reafirmamos a necessidade de que a administração discuta com a categoria uma saída para a manutenção do plano médico.

Essa é mais uma questão para nos mobilizarmos, pois, caso contrário, a administração poderá adotar medidas durante o recesso e sermos surpreendidos logo no início do ano.

Fotos: Joca Duarte

26.07 - Trabalhadores do TRF-3/ JF mobilizados contra reajuste do convênio médico

26.07 - Em meio à mobilização, trabalhadores reivindicam participar de debates sobre possíveis mudanças no convênio médico

Todos na assembleia dia 29, às 15 horas, no TRF. Lutar pela aprovação do PCS-4 e pela permanência do convênio médico.